



RELATÓRIO ESPECIAL

Que acontecimentos marcarão a agenda política e socioeconómica na América Latina em 2014?

Madrid, janeiro de 2014

d+i LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO
2. PANORAMA POLÍTICO PARA 2014
3. OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO

LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2013 foi extremamente importante e até histórico para a América Latina. Desapareceu a figura política que mais marcou a região desde 1999, Hugo Chávez, e foi eleito Papa o argentino Jorge Bergoglio, o primeiro de origem latino-americana na história da igreja.

No plano económico, os sinais de desaceleração que começaram a surgir em 2012 confirmaram-se em 2013 e a região (segundo a Cepal) já regista um crescimento abaixo de 3% e, em 2014, registará um crescimento ligeiramente acima desse valor, o que pressupõe um aumento do PIB muito fraco para as necessidades dos países latino-americanos. Essa desaceleração explica-se através da redução do crescimento chinês e pelas dificuldades pelas quais atravessam as economias dos EUA e da UE. Apesar de tudo, a boa notícia é que a região continua a crescer não obstante os problemas da sua envolvente, sendo por sua vez mais evidente que a América Latina necessita de uma nova onda de reformas estruturais que modernizem a sua economia e a tornem mais dinâmica e competitiva.

Como assinala Federico Steinberg, investigador do Real Instituto Elcano (Espanha), “volta a salientar-se a importância da planificação estratégica a longo prazo quando se concebe o modelo de crescimento, uma vez que a seguir às vacas gordas surgem sempre períodos de vacas magras. Felizmente, dado o auge das classes médias latino-americanas (com uma cada vez maior capacidade de consumo) e que diversos países (desde o México, até ao Chile, passando pelo Peru e pela Colômbia) foram capazes de melhorar em certas medidas as políticas públicas para assegurar um crescimento mais sustentável, tudo parece indicar que a América Latina, ainda que com dificuldades, poderá superar o temporal”.

Fazendo referência ao Brasil, mas com uma reflexão válida para toda a região, Steinberg salienta que “para evitar este cenário de declive relativo, parece que a solução passa por implementar reformas estruturais que deem um novo empurrão ao crescimento potencial da economia e que a tornem menos dependente do preço das matérias-primas ou da política monetária dos Estados Unidos. Esta nova onda de reformas, centradas em aspetos microeconómicos tais como o mercado laboral ou a fiscalidade, complementar as reformas macroeconómicas que se colocaram em prática com êxito nos anos noventa”.

No âmbito social, os protestos no Brasil, protagonizados por uma classe média emergente, exigindo melhores serviços públicos e um fim da corrupção, têm sido repetidos noutros países, como na Colômbia e

“Do ponto de vista político-eleitoral, em 2013 confirmaram-se diversas tendências regionais que ocorrem na América Latina há mais de uma década”

na Argentina (como já aconteceu, em 2011, no Chile). Todos os protestos contêm uma mensagem dirigida ao sistema político e partidário que não é capaz de canalizar a insatisfação com a política ou de enfrentar os altos níveis de corrupção e ineficiência governamentais em áreas como a saúde, os transportes e a educação. Trata-se de protestos vão além de fatores conjunturais e, portanto, que viverão novos capítulos e novas réplicas em 2014 em países que já os sofrem e com certeza em outros, dado que os problemas de raiz não foram resolvidos (desigualdade, maus serviços públicos, falta de transparência, corrupção e sistemas políticos pouco representativos). A este facto, junta-se o crescimento económico da região, embora a um ritmo mais lento, com um forte impacto sobre a capacidade do Estado para, com menos recursos, canalizar a revolução das expectativas das classes médias, colmatar os déficits sociais (altos níveis de pobreza e desigualdade) e melhorar as infraestruturas e serviços públicos.

Além disso, do ponto de vista político-eleitoral, em 2013, confirmaram-se diversas tendências regionais que ocorrem na América Latina há mais de uma década:

- A prevalência, em alguns países, de lideranças carismáticas hegemónicas (a esmagadora reeleição de Rafael Correa no Equador ou a reforma constitucional na Nicarágua que consagra a reeleição ilimitada no país da América Central, o que certamente favorece a

manutenção de Daniel Ortega e dos sandinistas no poder).

- O retorno de forças hegemónicas antigas (o PRI conseguiu-o no México, em 2012, o Partido Colorado no Paraguai, em 2013, e a Nueva Mayoría –exConcertación– no Chile).
- A heterogeneidade política e regional onde existem claramente três grandes tendências políticas: o centro-direita, o centro-esquerda e o autodenominado "socialismo do século XXI".

Outros eventos que ocorreram na região em 2013 constituem apenas um prenúncio daquilo que concentrará a atenção em 2014: o regresso ao poder de Michelle Bachelet e a coligação de esquerdas no Chile, o ritmo lento das reformas na Cuba dos irmãos Castro, o início do processo de paz na Colômbia ou as reformas estruturais no México.

Nas páginas seguintes, analisaremos quais são, a priori, as principais questões que marcarão o ano de 2014 nas áreas eleitoral, política, socioeconómica e de integração regional.

2. PANORAMA POLÍTICO PARA 2014

Do ponto de vista político, o ano de 2014 apresenta sete eleições presidenciais: no El Salvador e na Costa Rica em fevereiro, na Colômbia e no Panamá em maio e na Bolívia, Brasil e Uruguai em outubro.

**“A estabilidade
econômica alcançada
por volta de 2003
propiciou que se
construam e perdurem
hegemonias políticas”**

Muitos destes processos desenham o estado político da região. Por exemplo, apresentam uma tendência generalizada para a reeleição que já advém dos anos 90. Como facto relevante, três presidentes aspiram à reeleição neste ano de 2014: Juan Manuel Santos na Colômbia, Evo Morales na Bolívia e Dilma Rousseff no Brasil. Além disso, dois ex-chefes de Estado procuram recuperar a sua liderança, como aconteceu em 2013 com Michelle Bachelet: Tabaré Vázquez no Uruguai (já foi presidente entre 2005 e 2010) e Tony Saca, no El Salvador (que foi presidente entre 2004 e 2009).

A estabilidade econômica alcançada por volta de 2003 propiciou que se construam e perdurem hegemonias políticas. Os estados contam agora com mais recursos para promover medidas sociais (em alguns casos, claramente clientelares) o que melhorou a situação de importantes setores da sociedade (a pobreza caiu a nível regional de uma média superior a 43% em 2002 para um atual 27,9% segundo a Cepal). Tal favorece a manutenção do poder dos governos, sendo muito provável a sua repetição em 2014, pelo menos no caso do "santismo" na Colômbia (herdeiro do "uribismo" e, portanto, hegemonizando o poder desde 2002), no Brasil, onde o PT é governo desde 2003, e na Bolívia, onde o MAS de Morales ganhou as eleições com mais de 50% desde 2005. Em 2014, quatro partidos ou coligações procuram permanecer no poder com outro candidato presidencial: a Frente Amplio no Uruguai, o FMLN no El Salvador, o PLN na Costa Rica e o Cambio Democrático no Panamá.

Neste ano, misturam-se ainda eleições muito renhidas e disputadas (as que acontecerão no El Salvador, no Panamá, na Costa Rica e talvez no Uruguai), com eleições em que quase tudo parece estar decidido (no Brasil, na Colômbia e na Bolívia), o que não tem precedentes na própria região, como aconteceu em 2013, no Chile, onde a vitória de Bachelet foi algo com que todos os analistas já contavam.

Estas eleições evidenciam claramente a heterogeneidade política reinante na América Latina: a priori o "socialismo do século XXI" trinará na Bolívia com Evo Morales, a esquerda moderada vencerá no Brasil com Dilma Rousseff e o centro-direita impor-se-á na Colômbia com Juan Manuel Santos.

Estes sucessos políticos dos governos apresentam como contrapartida a crise pela qual atravessam algumas oposições, tais como o PSDB (que foi governo entre 1995 e 2002) no Brasil, incapazes de derrotar o PT desde 2002, a direita na Bolívia ou a esquerda na Colômbia, dado que nenhum desses espaços políticos conseguiu construir uma alternativa viável e credível com uma liderança forte e atraente.

Também terão lugar, em 2014, eleições locais, mas com importância nacional no Peru e no Equador. No Peru, no próximo mês de novembro, haverá eleições regionais e municipais nas quais estarão em jogo 25 governos regionais, 195 municípios e 1.643 municípios distritais. Como refere

“2013 foi um ano de sucesso para o presidente mexicano Enrique Peña Nieto, dado que conseguiu ver aprovadas a maioria das reformas estruturais propostas”

o politólogo peruano Fernando Tuesta, "serão os resultados regionais e municipais um reflexo do potencial resultado das eleições presidenciais de 2016? Os partidos nacionais perderam em todas as oportunidades governos regionais e municipais. Não é difícil concluir que tal não irá mudar em 2014. Tal é do conhecimento dos partidos nacionais que certamente se absterão de participar, participarão em poucos locais ou estarão incluídos em coligações eleitorais. Mas, da mesma forma, uma derrota ou um fracasso dos partidos dos candidatos presidenciais nas eleições de novembro não afetará as suas pretensões com vista a 2016."

No Equador, estará em jogo, entre outras coisas, o controle de Guayaquil, a única grande cidade fora do controlo do "correísmo". A batalha será entre o atual presidente da câmara, o social-cristão Jaime Nebot, e a candidata "correista", a jovem ex-governadora de Guayas, Viviana Bonilla.

Além dos processos eleitorais, a região terá outros importantes centros de atenção: desde o resultado das reformas no México e em Cuba, passando pelo processo de paz na Colômbia e a tomada de posse de Michelle Bachelet no Chile ou a crise económica na Argentina e na Venezuela.

O futuro da reforma no México

2013 foi um ano de sucesso para o presidente mexicano Enrique Peña Nieto, dado que conseguiu ver aprovadas a maioria das reformas

estruturais propostas. Apoiado pelo Pacto por México (um amplo acordo legislativo entre as três principais forças políticas do país, o governamental PRI, o esquerdista PRD e o PAN de centro-direita), Peña Nieto assistiu à reforma educativa, à das telecomunicações, à da transparência, à fiscal, à penal, à político-eleitoral e, sobretudo, à energética, considerada por muitos como a "mãe de todas as reformas". O impasse institucional que perdurava no país desde 1997, quando o PRI perdeu a maioria na câmara legislativa, rompeu-se graças ao Pacto.

Como refere o analista do diário Excelsior, Leo Zuckerman "este ano terminou com uma grande notícia: foi aprovada uma reforma energética audaz, profunda e prometedora. Esta é a mudança estrutural mais importante desde a assinatura do TLC, há 20 anos. O México já não podia sustentar um modelo de controlo estatal de todas as indústrias petrolíferas e elétricas. Foi aberta a possibilidade de investimento a privados. Este é um primeiro passo muito encorajador graças a uma aliança do governo "priista" com o PAN e o PVEM".

No entanto, no quinquénio de presidência que ainda lhe resta, Peña Nieto deverá converter a legislação aprovada em realidade, ou seja, impulsionar a legislação secundária das reformas já aprovadas. Em 2014, o panorama mudou dado que o Pacto por México ficou muito desgastado após um duro ano de negociações entre as três grandes forças, uma das quais, o PRD, contra a reforma energética, acabou por o abandonar.

“O Pacto por México já não existe na realidade tal como nasceu e foi concebido”

Sendo assim, este novo contexto político mexicano abre-se com uma novidade relativamente ao primeiro ano de mandato. O Pacto por México já não existe de facto como nasceu e foi concebido, dado que o próprio presidente do PRD, Jesus Zambrano, foi muito claro sobre este ponto: "Nem podemos falar sobre o Pacto neste momento, porque está morto. Tão simples, tão fácil. Está morto."

Tudo aponta que, para dirigir a segunda parte das reformas, Peña Nieto deve apoiar-se unicamente no PAN, ficando o PRD de fora, algo que, de qualquer forma já ocorreu em momentos específicos de 2013: a reforma fiscal foi votada pelo PRI e o PRD e a reforma energética foi votada pelo PAN e pelo PRI (com a rejeição do PRD). Alguns analistas, como Carlos Puig, no jornal Milenio, acreditam que o pacto com a participação do PRD não deve ser dado como morto e que a esquerda, mais tarde ou mais cedo (talvez durante o primeiro trimestre de 2014), regressará.

"A questão que deveria ser colocada pelos líderes do PRD —garante Puig— durante estas férias é se vale a pena desistir e enterrar o instrumento através do qual a esquerda tem sido capaz de fazer avançar a sua agenda (telecomunicações, fiscal) mais do que nos últimos 12 ou 15 e que prometia, por exemplo, realizar a reforma política para a capital que PRD tem vindo a desejar desde há décadas. Abandonar para sempre a mesa de negociações deixaria a passagem livre para o "priismo" mais próximo do PAN

para conceber aquilo que ainda ficou por fazer e foi enumerado no primeiro documento do Pacto. Abandonar a mesa seria voltar a marginalizar-se e atirar borda fora o seu segundo lugar em 2012."

Outros acreditam que a etapa do Pacto por México, apoiado nos três principais partidos do sistema (PRI, PAN e PRD), chegou ao fim. Tudo indica que o pacto, que nasceu suportado por estas três colunas, agora o será em duas (PRI-PAN), mas apenas até 2015, pois nesse ano haverá eleições legislativas intercalares e será lógico que o "panismo" se vá afastando do PRI para encarar essas eleições, extremamente relevantes para as presidenciais de 2018, com maior autonomia de ação. "Nessa altura, tudo vai mudar, porque a agenda predominante será a de 2015", admite o líder do PAN, Gustavo Madero.

Esse cenário deixa a esquerda fora do Pacto e tentando realizar mobilizações populares contra as reformas, especialmente a energética. Uma esquerda que, por outro lado, deve esclarecer uma grande luta interna entre o PRD, até agora colaborador com o governo, e o movimento MORENA de Andrés Manuel López Obrador. Ambos têm como objetivo manter a hegemonia dentro da esquerda, onde não existe espaço para ambos os grupos historicamente opostos.

Além disso, 2014 é um ano chave no México para a implementação da reforma da segurança, dado que a Gendarmería Nacional, com os seus primeiros cinco mil membros, estará operacional a partir de julho

“O lento progresso das negociações de paz na Colômbia marcou 2013 e continuará em 2014”

deste ano. O próprio presidente admitia no passado mês de dezembro que um dos assuntos pendentes do seu governo é a segurança: "Ainda existem questões sensíveis que não podemos negligenciar e muito menos deixar de cuidar de forma imediata e com eficácia; refiro-me ao sequestro, que tem tido, infelizmente, uma tendência crescente nos últimos meses. Sendo assim, quero instruir o titular do Ministério do Interior, em janeiro, para apresentar uma estratégia específica que nos permita enfrentar, conter e reduzir a taxa de sequestro."

A paz na Colômbia

O lento progresso das negociações de paz na Colômbia marcou 2013 e continuará em 2014. A Colômbia realiza eleições presidenciais em maio, mas observará atentamente o que ocorre em Havana onde decorrem, desde 2013, as negociações entre delegados da guerrilha e do governo colombiano. 2014 é o ano das eleições presidenciais na Colômbia e, possivelmente, de paz com as FARC e ambos os assuntos terão uma mútua influência, dado que Juan Manuel Santos levantará a bandeira da paz, como uma das razões para a sua reeleição em maio.

Até agora, foi possível acordar em dois dos seis assuntos da agenda de paz (desenvolvimento agrícola global e participação dos guerrilheiros no processo político), mas resta ainda muito terreno por percorrer. Por discutir, permanece o terceiro assunto (o fim do conflito, incluindo a cessação definitiva de qualquer tipo de

ação armada e entrega de armas num processo de desmobilização), o quarto (a questão das drogas ilícitas) e o quinto (reconhecimento de vítimas). Existe ainda uma sexta etapa: a de implementação, verificação e referendo sobre o acordo alcançado.

Esse processo de referendo será um momento delicado do processo uma vez que, indubitavelmente, provocará um forte debate e controvérsia dado que o presidente enfrentará o "uribismo" que rejeita o plano de negociações de paz e encarna o desgosto de amplos setores da população relativamente à possibilidade de "ver os guerrilheiros sentados na assembleia legislativa sem prestar contas pelos seus crimes".

Como observado pela revista Semana "a paz passou de ano com boas notas em 2013. Mas deixa para 2014 grandes questões e grandes ilusões. O próximo ano será um ano de convulsões se tivermos em conta que a campanha eleitoral pode afetar todo o panorama da mesa de negociações. Haverá referendo para a paz, eleições para o Congresso, que terá que montar a estrutura para as tornar possíveis e a reeleição ou não do presidente Juan Manuel Santos. Ficam ainda por negociar em Havana pontos críticos da agenda como o tema da justiça, do narcotráfico e o referendo dos acordos".

Das duas grandes batalhas que Santos deve enfrentar em 2014 (a eleitoral e a da paz), tem a primeira praticamente ganha. Dado que o presidente é o favorito para vencer

“O Brasil realiza eleições presidenciais em outubro para as quais Dilma Rousseff parte como grande favorita, dado que conseguiu superar os maus momentos que atravessou em junho de 2013”

as eleições presidenciais de maio, será ele quem terá que realizar um trabalho de pedagogia política para convencer a população dos benefícios da paz com as FARC. Na verdade, já o começou a fazer, por exemplo, no dia de Natal: "Caros colombianos, convido-vos a refletir sobre as virtudes da época: a reconciliação e a humildade para perdoar e pedir perdão. Convido-vos a construir a paz nas nossas famílias, nos nossos bairros e nas nossas comunidades."

Mas não apenas apela aos sentimentos, também lança a ideia de construir um projeto nacional. Numa intervenção na Universidade Nacional deixou esta mensagem: "Se alcançarmos a paz e formos podendo desviar recursos que estão destinados à guerra e atribuí-los à educação, este país irá mudar na sua essência" Trata-se claramente de um grande compromisso pessoal do presidente que vai colocar em jogo o seu prestígio, tudo indicando que irá ser reeleito.

Prevê-se, portanto, um longo processo de negociações com as FARC, tendo em conta que se os dois primeiros pontos da agenda consumiram todo o ano de 2013, os três que ainda faltam, além do referendo, irão ocupar, pelo menos, todo o ano de 2014.

Brasil, mudança de governo e Mundial de futebol

O Brasil realiza eleições presidenciais em outubro para as quais Dilma Rousseff parte como grande favorita, dado que conseguiu superar os maus momentos que

atravessou em junho de 2013, na sequência dos protestos sociais ocorridos nas principais cidades do país. Estes protestos colocaram na ribalta o desconforto das classes médias com o sistema político, a corrupção e o mau funcionamento dos serviços públicos.

No entanto, antes da grande data eleitoral, dois acontecimentos concentrarão a dinâmica política do país. Uma remodelação do gabinete, obrigatória uma vez que diversos ministros optarão por outros cargos eletivos durante 2014. Irá ser dada forma ao novo governo e muitos dos seus integrantes terão um peso decisivo na futura administração, caso Rousseff seja reeleita, como parece evidente. Neste contexto, existe a possibilidade de que Aloizio Mercadante se converta no novo homem forte do governo, passando do seu cargo atual na Educação para a Casa Civil, uma espécie de chefe de gabinete (cargo que foi ocupado no passado pela própria Rousseff). Mercadante, um intelectual de grande experiência política, ganhou peso no gabinete nos últimos meses, dado que foi encarregado do relacionamento e das diversas negociações com a base do partido que sustenta o governo na assembleia legislativa.

Por outro lado, em meados de ano, em junho e julho, haverá um evento desportivo que vai muito além dos terrenos de jogo, o Campeonato Mundial de Futebol. Trata-se de uma montra do Brasil perante o mundo e, por essa razão, é muito importante que tudo corra bem, quer no âmbito futebolístico (sobretudo com uma vitória do

“O que acontece em Cuba decorre a um ritmo totalmente diferente –mais pausado e silencioso– o que marca a cúpula dirigente e o seu líder Raul Castro”

Brasil que geraria uma espécie de onda de otimismo que o executivo poderia canalizar em seu proveito para os comícios de outubro), como no âmbito organizacional, onde o governo aspira a demonstrar que o país tem capacidade para estar à altura das nações modernas e das potências emergentes.

Nos seus discursos, fica clara a importância que a própria Rousseff dá a este evento, quer do ponto de vista do Brasil como país (“Creio que já era hora do Mundial regressar ao Brasil. Era necessário. Faço um apelo aos brasileiros: vamos unir em torno deste Campeonato do Mundo, porque ele é para vós”), quer do ponto de vista puramente desportivo e da imagem internacional (“Os visitantes terão oportunidade de conhecer o Brasil, um país multicultural e empreendedor, uma terra de oportunidades, que honra a sua cultura e tradições, preservando o vasto património de biodiversidade e que enfrentou o desafio de acabar com a pobreza e criar oportunidades para todos”).

Reformas em Cuba

Relativamente às reformas mexicanas, aprovadas em apenas um ano, ou ao mediático processo de paz colombiano, o que acontece em Cuba decorre a um ritmo totalmente diferente –mais pausado e silencioso– o que marca a cúpula dirigente do seu regime e do seu líder, Raúl Castro.

O ano de 2013 foi o da reforma da imigração que terminou com

décadas de restrições para sair da ilha e também permitiu o retorno de mais de 3.000 emigrantes.

Entre as reformas mais importantes para 2014, encontra-se a reforma financeira, com a eliminação gradual do sistema de dupla moeda vigente no país. Além disso, espera-se que a autonomia empresarial se possa generalizar, para que as fábricas possam vender os seus excedentes, fixando os seus preços através da lei da oferta e da procura.

Esta reforma, segundo o jornal oficial Granma “consiste em facultar aos diretores gerais destas empresas a capacidade de venda por grosso a pessoas jurídicas cubanas, após o cumprimento dos contratos, dos excedentes de produções selecionadas e do serviço autorizado, tendo em conta as necessidades do mercado, cobrindo todos os custos, despesas e compromissos tributários”.

Entre as reformas conta-se a financeira, que irá ser prejudicada por uma economia em crescimento muito lento (abaixo de 3% em 2013 e ligeiramente acima de 2% em 2014) e que tem no deficit fiscal um dos seus pontos fracos.

A crise económica na Venezuela e na Argentina

A América Latina regista um crescimento económico com uma ligeira desaceleração, embora existam duas grandes exceções, a Venezuela e a Argentina.

A Venezuela chega a 2014 sobrecarregada pela segunda maior

“As projeções para a América Latina apontam para melhores condições do que em 2013 para a região, que crescerá entre 2,7% e 3% nos próximos dois anos”

taxa de inflação do mundo (56,2%), sendo superada apenas pela de um país em guerra civil como a Síria, e pela escassez que se eleva acima de 20%. "Na Venezuela o que se espera é um declínio no crescimento, mais inflação e escassez. Não existe nada para ajudar a estabilizar os preços na Venezuela. Existe uma crise cambial e não existe um plano para estabilizar ou reordenar o mercado cambial, nem mesmo um plano para estabilizar os preços", comentou Orlando Ochoa, professor de economia na Universidade Católica Andrés Bello.

Na Argentina, ao aumento de preços (30%) juntou-se uma forte subida do deficit e uma desaceleração significativa (crescimento inferior a 1,5%). O analista político Fernando Laborda refere que "a chefe de Estado entrou numa fase provavelmente pior do que o clássico "patinho feio" da política americana: não só deve lidar com um cenário no qual lhe é vedada a alternativa da sua reeleição e não tem hipóteses de reformar a Constituição Nacional, mas também se apresenta impotente para ungir um herdeiro. Aos problemas políticos de um governo com ostensivas dificuldades para se suceder a si próprio dentro de dois anos e acossado por escândalos de corrupção, soma-se uma bateria de sintomas que agravam o cenário económico e social: insegurança geral, aumento da inflação, desaceleração do crescimento, lento declínio no número de empresas (são mais as que encerram do que as que abrem), grave perda de reservas do Banco Central (cerca de 13.000 milhões ao ano), um deficit fiscal que já não

pode ser disfarçado nem com as contribuições do BCRA e da Anses e uma crise no setor energético que atinge a população".

As projeções para a América Latina apontam para melhores condições do que em 2013 para a região, que crescerá entre 2,7% e 3% nos próximos dois anos. No entanto, as economias da Argentina e da Venezuela registarão as menores taxas de expansão nos dois anos. Em média, a primeira crescerá 1,3% e a Venezuela apenas 1%.

Os dois governos chegam em tempos muito diferentes. Nicolás Maduro politicamente fortalecido pela vitória nas eleições municipais e pela sua oferta de diálogo com a oposição. Sem eleições em 2014, reforçado internamente e com uma oposição fraca e dividida, Maduro irá tomar medidas para combater a crise económica que podem passar por um aumento, provavelmente gradual, do preço da gasolina e, talvez, uma nova desvalorização, muito mais profunda do que a mais recente, no início de 2013.

Claramente, medidas impopulares que podem abrir a porta aos protestos sociais. O analista político e diretor da Datanálisis, Luis Vicente Leon, refere que "é certo que haverá conflitos e protestos em diferentes regiões e setores, como é típico de uma economia em deterioração como a da Venezuela. E essa conflitualidade será evidente e até poderá ser, em alguns casos, estrondosa, mas daí a esperar a massificação desta ação tornando-se num evento perigoso para a estabilidade governamental, vai um passo muito grande".

“É certo que haverá conflitos e protestos em diferentes regiões e setores, como é típico de uma economia em deterioração como a venezuelana”

Em contraste, o executivo de Cristina Kirchner apresenta sinais claros de padecer daquilo que se conhece como a síndrome do "patinho feio" (fenômeno que ocorre nos anos finais de um presidente que não pode ser reeleito) pela sua fraqueza política e incapacidade de gerir e controlar a agenda. A sua última remodelação governamental não parece ter funcionado e a estrela do gabinete, Jorge Capitanich, (chefe de gabinete) aparece desgastado e incapaz de liderar o trabalho do governo. A greve da polícia e subsequente onda de saques no início de dezembro e a crise energética do final do ano são sinais óbvios dessa fraqueza e a ideia de que Capitanich seria o presidenciável do "kirchnerismo" de 2015 ficou enterrada.

2014 será um ano pré-eleitoral na Argentina, onde os pensamentos irão estar mais voltados para as eleições presidenciais de 2015, do que em colaborar com um governo em decadência e acossado pela inflação, o mal-estar social e os cortes energéticos. Como assinala o analista do jornal La Nación, Jorge Oviedo, "a situação fiscal com que 2014 começa não pode ser mais preocupante. O ano em curso encerrou com um deficit recorde a nível nacional. E tudo indica que, sem grandes medidas de fundo, as coisas serão ainda piores no próximo exercício".

Ao longo dos próximos meses, as figuras mais importantes do país começarão a tomar posições para encarar 2015 melhor posicionados. É o caso de Daniel Scioli por parte do "peronismo" no

poder, de Sergio Massa, entre os "peronistas" dissidentes, Mauricio Macri, à direita, de Julio Cobos, da UCR ao centro e de Hermes Binner do PS, no centro-esquerda.

O início do governo de Bachelet

Em março, inicia funções o segundo governo de Michelle Bachelet sobre o qual recaem grandes expectativas. A presidente comprometeu-se a promover uma reforma educativa e outra fiscal. Mas a mais ambiciosa e mais difícil de realizar é a reforma constitucional.

O cenário que a presidente enfrenta não é fácil, como assinala o analista político, Ascanio Cavallo: "Será o governo mais difícil? Claro. Já o foi o de Piñera e seria o de qualquer um. A própria presidente eleita previu-o durante a sua campanha. As sociedades modernas são mais volúveis e mais rebeldes quando divisam os efeitos do progresso. Cada etapa exige e suscita a seguinte. Pedir o conformismo é um contrassenso político e intelectual".

Além disso, a nível internacional está iminente (27 de janeiro) a divulgação da sentença do Tribunal de Haia sobre o diferendo de delimitação entre o Chile e o Peru, um momento de tensão bilateral clara nos dois países. Será um momento de forte tensão interna e externa que colocará à prova o governo de Piñera na sua fase final e definirá a agenda inicial de Bachelet.

A eleição de Michelle Bachelet como presidente do Chile tem causado grandes mudanças no cenário político no país andino.

“Michelle Bachelet já sente as tensões na relação entre dois dos seus parceiros de coligação, os democratas-cristãos e os comunistas”

Provocou uma previsível e mais do que anunciada "guerra civil" à direita, muito afetada pela derrota, e lançou algumas dúvidas sobre a coesão da Nueva Mayoría, a coligação que apoia a presidente eleita.

Michelle Bachelet já sente as tensões na relação entre dois dos seus parceiros de coligação, os democratas-cristãos e os comunistas. É verdade que os dois grandes rivais socialistas e democratas-cristãos foram capazes de criar a Concertación, derrotar Augusto Pinochet e de permanecer unidos durante os 20 anos de governo, inclusivamente quando o ditador faleceu.

No entanto, apesar da animosidade histórica entre a DC e o PS, os anos de oposição ao regime militar e de convivência no governo favoreceram o nascimento de uma "identidade concertacionista", que perdurou mais além das tensões do governo. Além do sistema eleitoral (o binomial) que favorecia a formação de grandes coligações, unia-os a existência de um polo de direita unido e a divisão política originada do referendo de 88 (o sim-não a Pinochet). Tudo o que aquilo que unia socialistas e democratas-cristãos não existe entre a DC e o Partido Comunista do Chile, uma relação na qual predominam sobretudo as incompatibilidades históricas e ideológicas quer relativamente à política interna como a externa.

O PCCh já admitiu que não só querem apoiar Bachelet na legislatura, mas que desejam

integrar o gabinete. Este papel acrescido dos comunistas é visto com receio pela DC. O ex-deputado e ex-presidente da Democracia Cristã (DC), Gutenberg Martínez, referiu publicamente que é contra a inclusão do PC no governo da Nueva Mayoría: "Se não existirem os necessários esclarecimentos requeridos ao PC, se as coisas forem exatamente como são até hoje, considero que uma incorporação (no governo) será um erro". E Michelle Bachelet já teve de vir apagar este primeiro fogo e reafirmar o seu poder e autonomia: "A formação de um governo futuro é da exclusiva responsabilidade do Presidente eleito. Serei eu quem definirá a constituição de um gabinete futuro no meu governo."

O presidente da DC, Ignacio Walker, foi mais subtil e moderado do que Martínez, mas também deixou vários avisos à navegação. Por exemplo, pediu "lealdade" aos membros da Nueva Mayoría prevendo que o PCCh fosse tentado a pressionar o governo por meio de protestos de rua. Para Walker, lealdade "significa que, quando se forma parte de um governo, assume-se os custos e benefícios, participa-se no governo nos bons e nos maus tempos. Espero que Bachelet possa contar com forças políticas que se comprometam com o seu governo do princípio ao fim. Posso garantir que a DC será leal ao governo e pergunto-me se todos os partidos da Nueva Mayoría poderão fazer a mesma afirmação".

Estas palavras provocaram as primeiras tensões não dissimuladas

“A crise atual parece não ser uma de muitas que marcam a história da direita chilena; assistimos a um momento que terminará com a fundação de uma nova entidade”

entre comunistas e seu líder, Guillermo Teillier, não se calou: "Não sei se se referiu relativamente aos comunistas ou a todos, porque os socialistas também se sentiram aludidos. Fê-lo como um aviso, não sei que bicho o picou. O que estamos certos é que, na Nueva Mayoría, perante os acordos programáticos e parlamentares, atuámos lealmente e eles também. Todos esperamos ser leais e todos chamaremos a atenção se alguém não cumprir".

Entretanto, a direita começou a empunhar armas, algo esperado dadas as diferenças internas observadas já durante a campanha e tendo em conta uma já longa história, que remonta a 1988, de duras batalhas entre as duas grandes forças do centro-direita, a UDI e o RN. A crise atual parece não ser uma de muitas que marcam a história da direita chilena; assistimos a um momento que terminará com a fundação de uma nova entidade.

Esta batalha acontece porque as principais referências do centro-direita procuram reconstruir a Aliança em torno da sua própria liderança. Trata-se do presidente Sebastián Piñera, que aspira a regressar em 2018, do senador eleito RN por Santiago Oriente, Manuel José Ossandón e igualmente o senador RN, Andrés Allamand.

Especificamente, Allamand declarou guerra aberta contra Piñera numas duríssimas declarações ao jornal La Tercera: "A primeira coisa avaliada numa eleição é a continuidade ou a alteração do governo em

exercício... é evidente que o principal responsável pelo fracasso eleitoral é o Presidente Piñera e o seu governo".

Allamand e Ossandón (que chegou a dizer que "este governo é melhor do que o de Bachelet, na gestão e na administração, mas politicamente desastroso") sonham reconstruir e liderar uma nova direita. No entanto, ambos estão conscientes de que Piñera acalenta esse mesmo desejo. Inclusivamente, foram observados alguns movimentos que dão a entender que os setores "piñeristas" estão seriamente a pensar em abandonar o RN para criar o seu próprio polo alternativo.

Pontos de atenção na América Central

Além dos processos eleitorais no Panamá, na Costa Rica e no El Salvador, a Guatemala e, sobretudo, as Honduras concentrarão a atenção desta área da América Latina.

Os dois países mais violentos da região (as Honduras é o país mais violento do mundo) enfrentam diferentes situações políticas. No caso das Honduras, Juan Orlando Hernández toma posse do seu cargo em finais de janeiro numa conjuntura difícil, na qual está em jogo a governabilidade do país, já que não conta com maioria na assembleia. O partido do poder, o Partido Nacional, conservador, é o partido com maior assento (48), mas não tem votos suficientes para governar sozinho. No futuro, deverá realizar bons pactos com o partido Liberal —o seu adversário histórico—, com o LIBRE, do ex-presidente Manuel Zelaya —que

“Na atualidade, estão a ser negociados grandes acordos como o TransPacific Partnership (TPP) ou o TransAtlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) entre a UE e os EUA, que transformarão profundamente o cenário comercial e de relações internacionais, perante o qual a América Latina não pode ficar à margem”

denunciou como fraudulentas as eleições de 2013— ou com o pequeno Partido Anticorrupción de Salvador Nasralla, formação de cariz populista e antissistema para a qual um pacto com o governo pressuporia a debilitação da sua mensagem anticorrupção.

A Guatemala vai entrar num ano pré-eleitoral, onde os esforços estarão colocados no posicionamento para as eleições de 2015. Tanto o partido no poder, o Partido Patriota de Otto Pérez Molina, como a oposição, especialmente o LIDER de Manuel Baldizón, colocarão as condições eleitorais acima de qualquer outra circunstância.

3. OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO

2014 será muito importante para os dois principais processos de integração regional, a Aliança do Pacífico e o ALBA. Para a Aliança, deve significar um ano de crescimento e consolidação, enquanto que para o ALBA deve tornar-se um ano de reestruturação e de procura por novos empreendimentos.

Estes processos de integração vivem igualmente um momento decisivo, considerando que estão atualmente a negociar grandes acordos como o TransPacific Partnership (TPP) ou o TransAtlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) entre a UE e os EUA, que transformarão profundamente o cenário comercial e de relações internacionais, perante o qual a América Latina não pode ficar à margem.

A jovem Aliança do Pacífico, a estrela em ascensão da integração latino-americana, alcançou no seu primeiro ano vida oficial progressos significativos, que contrastam com a estagnação de outros mecanismos regionais, como a Comunidad Andina e a Mercosur. A Aliança do Pacífico entra numa nova etapa em 2014. Se bem que, no biénio 2012/13, o objetivo era começar a caminhar, agora, a partir deste ano, os olhos estarão postos no seu crescimento e consolidação com iminentes incorporações como a do Panamá e da Costa Rica.

O ALBA, que vê a Aliança como um rival fundamentalmente ideológico (Rafael Correa expressou o seu desagrado por esse projeto de integração: "Gostamos muito da Colômbia, do Peru, do Chile e do México, mas estão em disputa duas visões do mundo: o neoliberalismo, o comércio livre e aqueles que acreditamos no socialismo, na garantia de direitos, em zonas livres mas não para o comércio livre mas sim livres de fome e de pobreza") que passam por um momento de estagnação e dúvidas. Primeiro, porque é fundamentalmente um projeto nascido da iniciativa e da liderança regional de Hugo Chávez e o seu desaparecimento diminuiu a sua força.

Em segundo lugar, o ALBA mantém-se economicamente na Venezuela, país que atravessa uma delicada conjuntura, marcada pela inflação, pela escassez e pelos deficits crescentes. Os empréstimos concedidos pela República a outros países, principalmente concentrados no

“Sem uma liderança política e sem fundos venezuelanos, o futuro do ALBA não parece especialmente promissor”

acordo Petrocaribe, caíram nos primeiros nove meses de 2013 cerca de 68,5% relativamente ao montante concedido durante o mesmo período de 2012. E esta situação provocou o abandono do pacto por parte da Guatemala quando a Venezuela elevou a taxa de juros para o pagamento diferido do petróleo e a percentagem do que deve ser liquidado em 90 dias.

Dado o perigo de estagnação, os membros do ALBA e Petrocaribe (este último compreendendo Antígua e Barbuda, as Baamas, o Belize, Cuba, Dominica, Granada, a Guiana, o Haiti, as Honduras, a Jamaica, a Nicarágua, a República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, o Suriname e a Venezuela), concordaram em ampliar a integração económica conseguindo acordos complementares com o Mercado Común del Sur (Mercosur)

e a Comunidad del Caribe (Caricom). No entanto, sem uma liderança política e sem fundos venezuelanos, o futuro do ALBA não parece especialmente promissor.

Outros processos de integração irão atravessar momentos decisivos: A Mercosur tem igualmente perante si o desafio da revitalização das negociações com a União Europeia para chegar a um acordo comercial pendente há mais de uma década e que provoca diferenças graves entre os parceiros: os mais dispostos a chegar a um acordo (Brasil, Uruguai e Paraguai) por um lado, contra a Argentina e Venezuela, por outro.

E a Comunidad Ibero-americana dispensa Enrique Iglesias, que será substituído, muito provavelmente, como Secretário Geral da SEGIB por Rebeca Grynspar, da Costa Rica.

LLORENTE & CUENCA

CONSULTORES DE COMUNICAÇÃO

Consultoria de Comunicação líder na Espanha, Portugal e na América Latina

A LLORENTE & CUENCA é a primeira consultoria de Comunicação da Espanha, Portugal e América Latina. Conta com **16 sócios** e **300 profissionais** que prestam serviços de consultoria estratégica a empresas de todos os setores de atividades, com operações voltadas para o mundo que fala **espanhol** e **português**.

Atualmente, possui escritórios próprios na **Argentina, Brasil, Colômbia, China, Equador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal** e **República Dominicana**. Além disso, através de empresas afiliadas, oferece seus serviços nos **Estados Unidos, Chile, Bolívia, Uruguai** e **Venezuel**

Sua presença internacional ter levado LLORENTE & CUENCA a posiciona-se em 2011 e 2010 entre uma das cinquenta companhias de comunicação mais importantes do mundo, segundo o Ranking anual elaborado por The Holmes Report. Em 2013, ocupa a colocação 51 do Ranking, ascendendo uma colocação em comparação a 2012.

Organização

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalorente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor Corporativo de Reputação e Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

IBÉRIA

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral
acorujo@llorenteycuenca.com

Madrid

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Juan Castellero
Diretor Financeiro
jcastillero@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 – planta 3
28001 Madrid (Espanha)
Tel: +34 91 563 77 22

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora-Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona (Espanha)
Tel: +34 93 217 22 17

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
madalena.martins@imago.pt

Carlos Matos
Sócio
carlos.matos@imago.pt

Rua do Fetal, 18
2714-504 S. Pedro de Sintra (Portugal)
Tel: +351 21 923 97 00

AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO da América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonio Lois
Diretor Regional de Recursos Humanos
alois@llorenteycuenca.com

Bogotá

María Esteve
Diretora Geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Germán Jaramillo
Presidente Conselheiro
gjaramillo@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501
Bogotá (Colômbia)
Tel: +57 1 7438000

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente Conselheiro para o Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Ciudad de Buenos Aires (Argentina)
Tel: +54 11 5556 0700

Lima

Luisa García
Sócia e CEO da região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Cayetana Aljovín
Gerente Geral
caljovin@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro - Lima (Peru)
Tel: +51 1 2229491

México

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Bosque de Radiatas # 22 – PH7
05120 Bosques de las Lomas (México)
Tel: +52 55 52571084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Avda. Samuel Lewis. Edificio Omega, piso 6
Tel: +507 206 5200

Quito

Catherine Buelvas
Diretora Geral
cbuelvas@llorenteycuenca.com

Av. 12 de Octubre 1830 y Cordero.
Edificio World Trade Center, Torre B, piso 11
Distrito Metropolitano de Quito (Equador)
Tel: +593 2 2565820

Rio de Janeiro

Juan Carlos Gozzer
Diretor Executivo
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 – sala 1801
Rio de Janeiro - RJ (Brasil)
Tel: +55 21 3797 6400

São Paulo

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalorente@llorenteycuenca.com

Alameda Santos, 200 – Sala 210
Cerqueira Cesar. SP 01418-000 (Brasil)
Tel.: +55 11 3587 1230

Santo Domingo

Alejandra Pellerano
Diretora Geral
apellerano@llorenteycuenca.com

Avda. Abraham Lincoln
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel: +1 8096161975

ÁSIA

Beijing

Sergi Torrents
Diretor Geral
storrents@grupo-11.com

2009 Tower A. Ocean Express
N2 Dong san Huan Bei Road, Chaoyang District
Beijing (China)
Tel: +86 10 5286 0338

 Site corporativa
www.llorenteycuenca.com

 Blog corporativo
www.elblogdellorenteycuenca.com

 Twitter
<http://twitter.com/llorenteycuenca>

 YouTube
www.youtube.com/LLORENTEYCUENCA

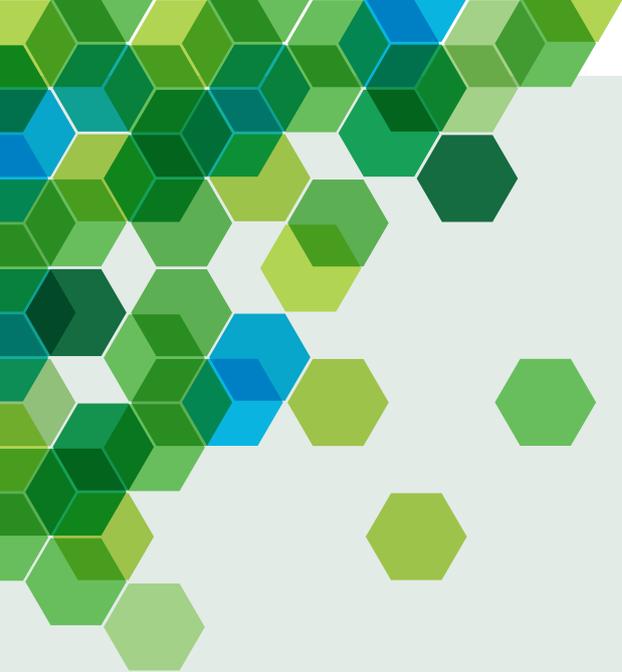
 Centro de Ideias
www.dmasillorenteycuenca.com

 Revista UNO
www.revista-uno.com

 LinkedIn
www.linkedin.com/company/llorente-y-cuenca

 Facebook
www.facebook.com/llorenteycuenca

 Slideshare
www.slideshare.net/LLORENTEYCUENCA



A d+i é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

A d+i é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

A d+i é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe d+i LLORENTE & CUENCA.

www.dmasillorenteycuenca.com

d+i LLORENTE & CUENCA